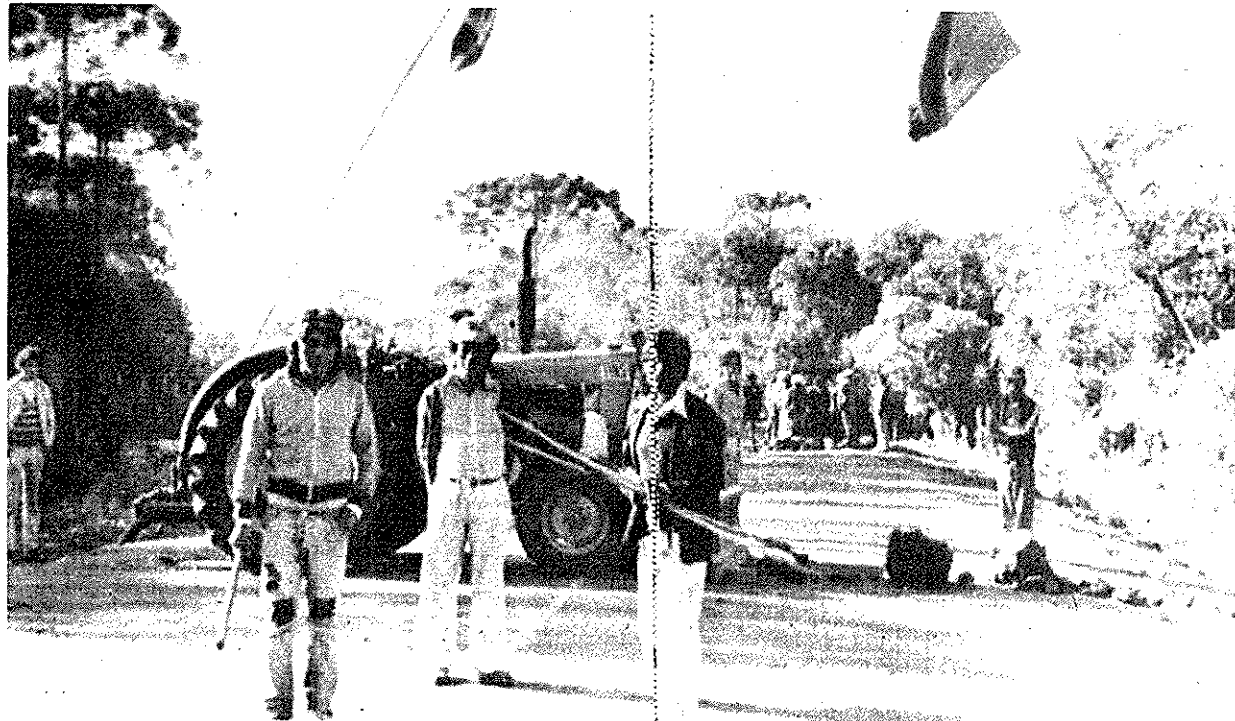


Mangueirinha: importante reunião hoje em Curitiba



Índios armados, até com arco e flecha, no bloqueio à estrada.

Índios sublevados já chegam a 7 mil

Mulheres grávidas, crianças (até mesmo de colo) e velhas índias formam uma barreira humana, seguida de centenas de Caingangues e Guaranis, um trator, uma máquina caifeira, um cabo de aço e duas bandeiras: a Nacional e a da Funai. Esta é a primeira imagem que se avista no trevo da BR-373 com a PR-281, onde os índios da Reserva de Mangueirinha impedem a passagem de qualquer veículo. Em frente, estão cinco ônibus e sete camionetas lotadas de policiais do 3º Batalhão da Polícia Militar de Pato Branco.

Os dois grupos estão armados e decididos a ficar ali. Os índios, porque querem uma negociação com os órgãos estaduais e federais, para que suas reivindicações sejam atendidas: título de posse da área em litígio e indenização pelo uso de suas terras para a construção de duas estradas e instalações de torres de alta tensão. Os policiais, porque pretendem desobstruir a estrada que liga a BR-373 ao município de Mangueirinha, por onde trafegam, diariamente, cerca de mil carros.

Mas essa não é a única barreira. Entrando na reserva (permissão de passagem só é concedida à imprensa), há outro trator, mais índios e outras duas bandeiras bloqueando o acesso inverso: da cidade de Mangueirinha à BR-373.

Num trecho de 15 quilômetros, entre as duas barreiras, há dezenas de índios entre as matas de Pinheiros. Todos atentos ao menor movimento. Não se sabe ainda quantos índios estão reunidos em Mangueirinha. As lideranças indígenas informam que, além dos 1.600 residentes na área, outros 500 vieram dos postos da Funai de Chapecó (SC), Guarapuava, Rio das Cobras, Ocoi e Palmas.

O tenente-coronel Edemir Ribeiro da Silva, comandante do 3º Batalhão da PM e que dirige, pessoalmente, a operação no local, estima um nú-

mero bem maior: "Há aqui uns sete mil índios e temos a informação de que mais 12 mil ainda poderão chegar".

Também não se sabe ao certo quantos policiais estão envolvidos na operação. O comandante não quis dar os números, informando apenas que se encontra ali uma companhia inteira. Entre 150 a 200 homens, pois é possível notar que os cinco ônibus — três deles fretados — estão lotados de policiais com armas de grosso calibre.

Entre os índios, são visíveis armas rudimentares, como tacape, arco, flecha, facões e revólveres artesanais, entre algumas velhas espingardas. O tenente-coronel Edemir Ribeiro está convicto de que os índios possuem Winchesters, carabinas de dois canos, revólveres 38 e espingardas calibre 12.

Os índios não pretendem desmentir a existência de um arsenal desse porte, entre eles. E até reforçam a ideia: "Claro que temos bastante armas, até de longo alcance", afirmou, sorridente, Pedro Cornélio, do posto indígena de Guarapuava. "Mas — acrescentou — não estamos aqui para medir forças. Estamos tranquilos, nem um pouco nervosos. Queremos, apenas, defender nossa terra".

O tenente-coronel também garantiu que não pretende um confronto armado. "Vamos evitar uma carnificina", disse ele, apontando em direção à primeira fila da barreira, formada de mulheres e crianças.

Pela primeira vez, em suas lutas reivindicatórias em Mangueirinha, os índios fizeram uso de crianças e mulheres. À medida em que a Polícia Militar reforçava seu contingente, no trevo da BR, as lideranças indígenas também providenciavam a chegada de caminhões lotados com velhos, mulheres e crianças às duas barreiras.

Até às 10 horas de ontem, apenas os homens realizavam o bloqueio,

deflagrado às duas horas da madrugada de anteontem, ao mesmo tempo em que expulsaram sete famílias de lavradores residentes na área em litígio. Foi somente então que providenciaram a caifeira, o cabo de aço e o reforço feminino.

As crianças estão armadas de estilingues e as mulheres de pedaços de pau. "Onde nosso marido cair, caímos juntos", dizia uma delas, no meio de um grupo de índias. As índias, sempre afastadas de contato com os brancos, desta vez falavam a língua caingangue em voz alta. Até 4 anos antes, quando morreu o cacique Ângelo Cretan, elas se limitavam a chorar em casa. Ontem, elas se misturavam aos homens e eram as mais exaltadas.

A caingangue Maria da Luz Severino Guimarães, nascida há 79 anos, como Ningá (índia do mato), destacava-se do grupo: "Sou neta do velho Cretan, que ganhou essas terras para os índios com o suor do seu trabalho", diz ela. Em seguida, garantiu: "Não sei ler nem escrever, mas guardo na cabeça o local de todos os marcos antigos de nossa divisa, que foram arrancados". Para depois acrescentar que gostaria de ir à Brasília "falar com gente sabida e explicar a elas que a terra é nossa. Não estamos forçando com terra do alheio".

De repente, um índio aproxima-se do grupo. Além de voltar a falar o idioma caingangue perto de estranhos, os índios, mesmo aculturados, tentam recordar as desusadas pinturas de guerra. Aquele índio — era o único — estava com o rosto pintado de preto e por sobre seu calção (apesar do frio intenso) sobressaía uma tanga de buriti.

Na barreira, a 15 quilômetros dali, um outro índio também se destaca pelas vestes. Ao invés da tanga, vestia uma camiseta na qual se lia: "Eu sirvo até de adubo para nossa terra, mas dela não saio".

PATO BRANCO — As lideranças indígenas de Mangueirinha, que desde a madrugada de terça-feira bloqueiam a PR-281, no Sudoeste do Estado, após expulsar sete famílias de lavradores de uma área em litígio entre a Funai e a firma Madeireira Slaviero, reúnem-se, hoje, em Curitiba, às 14 horas, na Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio, com um representante do órgão, enviado de Brasília, mais o delegado regional do organismo, Eustáquio Machado, do Paraná.

A reunião foi marcada na manhã de ontem, através de um telefonema de Eustáquio Machado, que se encontra na área, à presidência da Funai, em Brasília.

"Essa reunião será uma preliminar, para obtermos orienta-

ção", explicou o delegado regional, esclarecendo que só então será estudado um contato com o governo do Estado. É que as reivindicações dos índios não se limitam à pendência judicial de 3.500 alqueires. Eles querem, também, indenizações pelo alagamento de 150 hectares, construção de duas estradas e instalação de torres de alta tensão em suas aldeias. Os índios, entretanto, estão dispostos a manter o bloqueio, enquanto o encontro se realiza em Curitiba. Cerca de 2.500 caingangues e guaranis, somando-se aos de outras reservas do Estado e de Santa Catarina, permanecem, desde o amanhecer de terça-feira, na estrada. Uma companhia de Polícia Militar também se mantém instalada no trevo das rodovias PR-281 e BR-373.

"Vamos ficar aqui até obtermos um documento assinado",

afirmou Francisco Cretan, um dos líderes do movimento, lembrando que "há 25 anos aguardamos uma decisão da Justiça e estamos ficando cansados". O cacique dos caingangues, Joneval Teles dos Santos também anunciou que o bloqueio continuará, embora aliamente a esperança de obter bons resultados na reunião de hoje.

"Queremos negociar", disse ele, ainda sem estimar o valor que a aldeia pretende estipular para as indenizações pleiteadas. A barragem de Salto Segredo alagou 1.250 hectares de terras planas e férteis, e as estradas asfaltadas PR-281 e BR-373 ocupam, no total, 52 quilômetros de extensão. □ ADÉLIA MARIA LOPES e JOÃO A. BRIISCHZ, nossos enviados especiais.

"Saímos com vida e não voltaremos para morrer"

"Saímos com vida e não voltaremos para morrer", afirmam os lavradores expulsos da área em litígio da reserva de Mangueirinha, a 400 quilômetros de Curitiba. Ontem, um dia após expulsas, por centenas de índios, as sete famílias ainda estavam assustadas e revoltadas contra a violência.

Dona Maria Clara Knop, por exemplo, relatou que até mesmo sua máquina de costura foi destruída pelos índios. Seu marido, Normélio, sentiu falta de 500 mil cruzeiros. E também lamentava a perda de 50 sacas de milho estocadas no paiol.

"Nossas armas, nossos cachorros e nossos 4 mil pés de mandioca também ficaram com os índios", acrescentou Normélio, trabalhando na área para a Slaviero já há 9 anos.

Segundo o casal, "os índios eram

até bons vizinhos, mas, na hora da nossa expulsão, eram uns mil, até com as caras pintadas, e muitos nem eram dali".

Maria Osvaldina Fernandes, 8 anos morando no local, também não pensa mais em retornar com o marido e os três filhos.

"Perdemos até vaca com terneiro e leitões. Quebraram nossas coisas e nos jogaram na estrada", relatou ela.

"Se reagíssemos, os índios nos matavam", esta é a certeza de Antônio José Correa, morando há 7 anos na área com esposa e 3 filhos.

"Ficamos só com a roupa do corpo", queixou-se, por sua vez, José Elói da Silva, 37 anos, pai de 5 crianças.

Todas essas famílias, num total de 35 pessoas, entre adultos e crianças, estão agora na Serra Candoi, também

da firma Slaviero, na mesma região.

Na área em litígio, cabia aos homens vigiar a cerca da fazenda e às mulheres cuidar do rogado.

"Agora, estamos sem nada: até documentos eles levaram", lamentou Maria Osvaldina, que não acreditava que os índios cumpriram a promessa de um dia entrar na área.

Não se sabe se durante a reunião de hoje, na Delegacia da Funai, as lideranças indígenas decidirão permitir o retorno dos lavradores e desbloquear a rodovia. "Mesmo que deixem a área em litígio, acabarão retornando", previu ontem o padre Natalício, que, como representante do vigário de Pato Branco, foi levar a solidariedade da Regional do Sul II da região aos índios de Mangueirinha.



Famílias expulsas pelos índios: elas insistem em voltar à área.

Juraszek: invasão de terras particulares

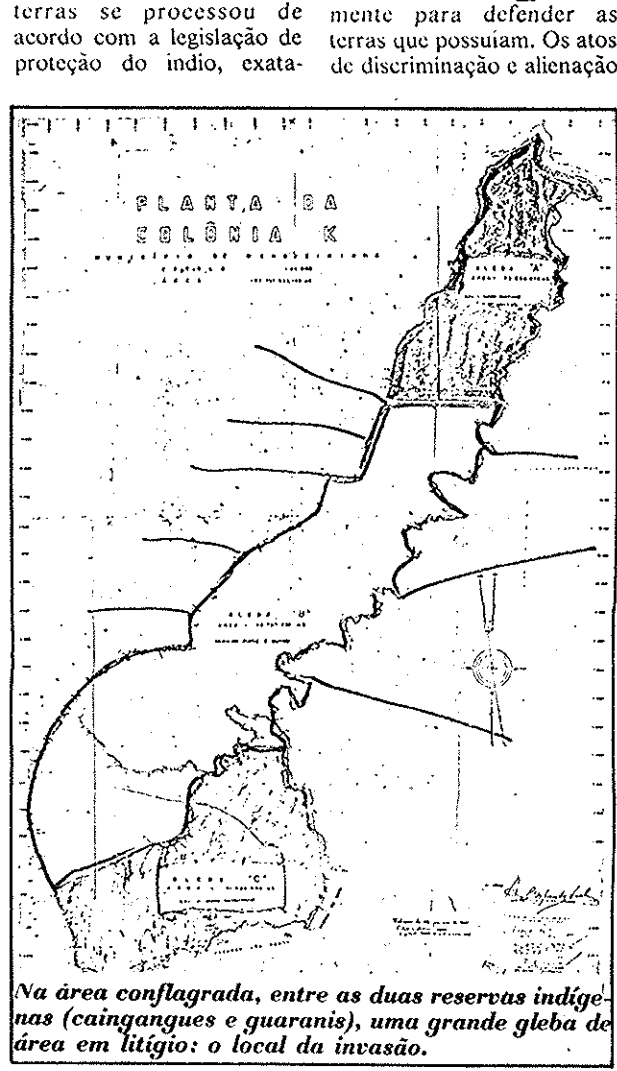
"Deve ficar claro que os índios saíram de suas terras para invadir legítima propriedade privada". O esclarecimento é do advogado da Madeireira Slaviero, Osiris Juraszek, que esteve, ontem à tarde, na redação, para fornecer dados a respeito.

"O imóvel invadido pelos índios — acrescentou — não é área indígena. As duas tribos que habitam a região de Mangueirinha/Chopinzinho têm cada uma suas próprias terras, que foram demarcadas em 1960. As autoridades federais realizaram, na época, minucioso levantamento do local, indicaram quais as áreas que eram ocupadas ou utilizadas pelos índios e determinaram quais as divisas que deveriam ter as reservas".

GLEBAS "A" E "C"

Segundo Juraszek, "para os índios guaranis, foi demarcada a Gleba "A", com a área de 3.000 hectares; para a tribo caingangue, foi demarcada a Gleba "C", com 4.100 hectares; as comunidades indígenas receberam escrituras de doação dessas áreas, feita pelo governo do Estado do Paraná".

Continuando, diz o advogado: "A demarcação dessas



Na área conflagrada, entre as duas reservas indígenas (caingangues e guaranis), uma grande gleba de área em litígio: o local da invasão.

terras se processou de acordo com a legislação de proteção do índio, exatamente para defender as terras que possuíam. Os atos de discriminação e alienação das terras foram aprovados pelo Tribunal de Contas da União, pelo Senado e pela Assembleia Legislativa do Paraná. As duas reservas estão rodeadas de terras de propriedade particular. O imóvel de propriedade da Slaviero é vizinho das duas reservas, como as demais outras propriedades da região".

HISTÓRICO

Conforme explica Juraszek, "a Slaviero adquiriu essa gleba de 38 proprietários particulares, em 1961, portanto depois que as reservas indígenas foram demarcadas; o imóvel está cercado há 30 anos, inclusive nas divisas com as reservas vizinhas".

O causidico também informou que, "em 1974, a Funai ajuizou uma ação, pretendendo que a propriedade da Slaviero fosse declarada área indígena, mas a Justiça Federal, mediante sentença de 1979, julgou que não se tratava de terras de índios, e declarou que é legítima a propriedade da Slaviero".

E conclui: "A Funai não se conformou e apelou para o Tribunal Federal de Recursos, onde o processo se encontra atualmente."